

Brasil Plural
Corretora de
Câmbio, Títulos e
Valores Mobiliários
S.A.

**Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2018 com
relatório dos auditores
independentes sobre as
demonstrações financeiras**



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400, Fax +55 (21) 2207-9000
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
Brasil Plural Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Brasil Plural Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Corretora”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Corretora em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção à seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Corretora é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração.



Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Corretora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, não identificamos a existência de incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 24 de agosto de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Lino Martins da Silva Junior
Contador CRC RJ-083314/O-7

Brasil Plural Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	2018	2017	Passivo	Notas	2018	2017
Circulante		218.577	259.466	Circulante		157.477	183.180
Disponibilidades	4	249	245	Outras obrigações		157.477	183.180
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	49.458	65.132	Fiscais e previdenciárias	8	833	1.195
Aplicações em depósitos interfinanceiros		49.458	65.132	Negociação e intermediação de valores	12	142.200	179.981
				Diversas		14.444	2.004
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	18.843	17.817	Exigível a longo prazo		-	201
Carteira própria		950	2.689	Outras obrigações		-	201
Vinculados à prestação de garantia		17.893	15.128	Diversas		-	201
Outros créditos		149.637	176.028				
Rendas a receber		517	621				
Negociação e intermediação de valores	8	142.311	166.511				
Créditos tributários	13.2	1.046	5.358				
Diversos	9	5.763	3.538				
Outros valores e bens		390	244				
Despesas antecipadas		390	244				
Realizável a longo prazo		17.501	8.007	Patrimônio líquido	15	78.601	84.092
Outros créditos		6.948	363	Capital social		58.725	58.725
Créditos tributários	13.2	5.738	-	Reservas de lucros		19.876	25.367
Diversos	9	1.210	363				
Imobilizado	10	1.586	-				
Instalações, móveis, equipamentos e outros		1.752	-				
(Depreciação acumulada)		(166)	-				
Intangível	11	8.967	7.644				
Softwares		1.145	3.134				
Benfeitorias		3.348	-				
(Amortização acumulada)		(1.186)	(2.363)				
Ágio na aquisição de investimentos		12.129	12.129				
(Amortização acumulada)		(6.469)	(5.256)				
Total do ativo		236.078	267.473	Total do passivo e patrimônio líquido		236.078	267.473

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Brasil Plural Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Demonstrações dos resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto, Prejuízo e lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	2018	2017
Receitas de intermediação financeira			
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	7	2.309	4.244
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7	(169)	(26)
Resultado bruto da intermediação financeira		2.140	4.218
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>(2.498)</u>	<u>7.359</u>
Receitas de prestação de serviços	16.a	24.978	23.114
Despesas de pessoal	16.b	(7.566)	(5.163)
Despesas administrativas	16.c	(15.196)	(8.216)
Despesas tributárias	16.d	(2.650)	(2.408)
Outras receitas operacionais	17.b	2.277	2.145
Depreciação e amortização	10 e 11	(1.172)	(774)
Outras despesas operacionais	17.a	(3.169)	(1.339)
Resultado operacional		(358)	11.577
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		<u>(358)</u>	<u>11.577</u>
Imposto de renda e contribuição social		<u>460</u>	<u>(5.027)</u>
Provisão para imposto de renda	13.1	-	(1.913)
Provisão para contribuição social	13.1	-	(1.578)
Ativo fiscal diferido	13.2	460	(1.536)
Participações dos empregados no resultado	19	(680)	(307)
Prejuízo / Lucro líquido do semestre		<u>(578)</u>	<u>6.243</u>
Quantidade de ações		78.087.397	78.087.397
Prejuízo / Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		(0,00740)	0,07995

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Brasil Plural Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros			Lucro líquido/ (prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Reservas legal	Reservas estatutárias		
Saldos em 01 de janeiro de 2017	58.725	956	18.168	-	77.849
Lucro líquido do semestre	-	-	-	6.243	6.243
Reserva Legal	-	312	-	(312)	-
Reserva Estatutária	-	-	5.931	(5.931)	-
Saldos em 30 de junho de 2017	58.725	1.268	24.098	-	84.092
Mutações do semestre	-	312	5.931	-	6.243
Saldos em 1 de janeiro de 2018	58.725	1.023	19.431	-	79.179
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	(578)	(578)
Reserva Estatutária	-	-	(578)	578	-
Saldos em 30 de junho de 2018	58.725	1.023	18.853	-	78.601
Mutações do semestre	-	-	(578)	-	(578)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Brasil Plural Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo / Lucro líquido do semestre	<u>(578)</u>	<u>6.243</u>
Ajustes do lucro do semestre com o caixa gerado nas atividades operacionais:		
Imposto de renda e contribuição social	-	3.491
Crédito tributário	(460)	1.536
Depreciação e amortização	1.172	774
Participação dos empregados	680	307
Variação de ativos e obrigações		
Redução / (Aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	3.079	28.291
Redução / (Aumento) em outros créditos	7.692	(50.742)
Redução / (Aumento) de outros valores e bens	(231)	(36)
(Redução) / Aumento em outras obrigações	(7.005)	44.665
Impostos pagos	-	(2.962)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>4.349</u>	<u>31.567</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de intangível	(3)	-
Aquisição de imobilizado	(325)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(328)</u>	<u>-</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>4.021</u>	<u>31.567</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	45.686	33.810
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	<u>49.707</u>	<u>65.377</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>4.021</u></u>	<u><u>31.567</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Brasil Plural Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Corretora”) atua no mercado de câmbio títulos e valores mobiliários em seu nome e/ou em nome de terceiros, no balcão e na BM&F Bovespa, CETIP e SELIC. A partir de dezembro de 2010 a prestação de serviços de intermediação no segmento BM&F da BM&F Bovespa passou a ser direta em função da obtenção de direito de negociação irrestrita.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e em consonância com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - Cosif, instituído pelo Bacen.

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen, requer que a Administração da Corretora baseie-se em estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se à marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e provisão para contingências. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal de negócios. A administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Corretora em continuar suas atividades nos próximos 12 (doze) meses.

A Administração autorizou a emissão e divulgação das demonstrações financeiras em 24 de agosto de 2018.

3 Resumo das principais práticas contábeis

a. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Corretora.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Possuem liquidez imediata, com vencimento ou carência igual ou inferior a 90 (noventa) dias, e não estão sujeitos a risco significativo de mudança de valor.

c. Apuração de resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata dia* para as de natureza financeira.

d. Segregação de curto e longo prazo

Os demais ativos e passivos são apresentados pelos seus valores de realização ou liquidação na data do balanço. Os saldos realizáveis e exigíveis com vencimento em até 12 (doze) meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

e. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço, e retificadas por provisão ao valor de mercado quando aplicável.

f. Títulos e valores mobiliários

Nos termos da Circular Bacen nº 3.068, de 8 de novembro de 2001 e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados nas seguintes categorias:

(i) Títulos para negociação

Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos. Compreendem os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento

Títulos e valores mobiliários para os quais haja intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. Esses títulos são avaliados pelos valores de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais devem ser lançados no resultado do período.

(iii) Títulos disponíveis para venda

Títulos e valores mobiliários que não se enquadrem nas demais categorias, e que são avaliados pelos seus valores de mercado, em contrapartida à destacada conta de patrimônio líquido denominada “ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e derivativos”, líquidos dos efeitos tributários.

A Corretora tem como estratégia de atuação adquirir títulos e valores mobiliários e mantê-los para negociação, proporcionando, desse modo, rentabilidade de suas disponibilidades e participação transitória no mercado de derivativos sem, contudo, assumir posições que comprometam a sua solidez patrimonial, liquidez ou que venham a representar risco de crédito.

As ações de companhias abertas são registradas pelo custo de aquisição, inclusive corretagens e emolumentos, ajustados pela valorização da cotação média do último dia em que foram negociadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBovespa. Os resultados das operações constituídos dos ajustes por variações são reconhecidos diariamente no resultado e estão apresentados nas demonstrações do resultado.

As cotas de fundos de investimento são atualizadas diariamente com base no valor da cota divulgado pelos Administradores dos fundos onde os recursos são aplicados. A valorização e desvalorização das cotas de fundos de investimento estão apresentadas nas demonstrações do resultado.

g. Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos são contabilizadas da seguinte forma:

Os ajustes diários das operações realizadas no mercado futuro são registrados como receita ou despesa efetiva quando auferidas ou incorridas.

Os prêmios pagos ou recebidos nas operações realizadas no mercado de opções são registrados em contas patrimoniais pelos valores efetivamente pagos ou recebidos e ajustados a mercado em contrapartida do resultado. Os valores de referência desses contratos são registrados em contas de compensação.

h. Imobilizado de uso / intangível

- O imobilizado de uso é registrado pelo custo de aquisição e ajustado pela depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais que contemplam a vida-útil econômica dos bens à taxa de 20% a.a. para sistema de processamento de dados e 10% a.a. para as demais contas.
- O intangível está representado por software e benfeitorias em imóveis de terceiros, sendo amortizados à taxa de 20% a.a. e ágio de incorporação da Holding Flow Ltda. (Nota 11). O ágio é apurado com base na diferença entre o valor pago na data de aquisição e o valor contábil líquido. O ágio, cujo fundamento é baseado na previsão de resultados futuros da empresa adquirida, é amortizado em consonância com os prazos de projeções que o justificaram ou, quando baixado o investimento, por alienação ou perda, antes de cumpridas as previsões.

i. Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Um ativo está desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. De acordo com a Resolução nº 3.566/2008 do CMN, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (*impairment*), a Corretora testa, no mínimo anualmente, o valor recuperável dos seus ativos, sendo reconhecidas no resultado do exercício as eventuais perdas apuradas.

Com base em análise de seus ativos em 30 de junho de 2018, a Corretora concluiu que não há evidências que indiquem a necessidade de constituição de provisão para perdas consideradas permanentes.

j. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN:

j1. Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

j2. Passivos contingentes: são constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

j3. Obrigações legais - fiscais e previdenciárias: decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

k. Demais ativos e passivos

São apresentados pelos seus valores de realização ou liquidação na data do balanço.

l. Lucro líquido / prejuízo por ação

O resultado por ação é calculado com base na quantidade de ações em circulação na data do balanço.

m. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é, quando devida, constituída mensalmente com base nos rendimentos tributáveis, à alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável anual que exceder R\$240. A contribuição social é, quando devida, constituída à alíquota de 20% apurada sobre o resultado tributável ajustado na forma da legislação em vigor.

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

n. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

o. Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem às demonstrações contábeis é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem às demonstrações contábeis e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

- Os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem às demonstrações contábeis (evento subsequente ao período contábil a que se referem às demonstrações que originam ajustes).
- Os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem às demonstrações contábeis (evento subsequente ao período contábil a que se referem às demonstrações que não originam ajustes).

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Disponibilidades	249	245
Caixa	3	3
Depósitos bancários	246	242
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6)	49.458	65.132
Total	49.707	65.377

5 Garantias

a. Segmento Bovespa

	2018		2017	
	Valor exigido BM&FBovespa	Depósito efetuado	Valor exigido BM&FBovespa	Depósito efetuado
Garantia de Operação com Carteira Própria				
Letras Financeiras do Tesouro	1.561	1.561	124	125
Garantia do Limite Operacional				
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	11.415	11.435
Garantia Operações Formador de Mercado				
Letras Financeiras do Tesouro	690	690	3.562	3.568
Cotas de Fundos de Investimentos				
Fundo Invest.Liquidez da Camara BM&Fbovespa (FILC)	15.642	15.642	-	-
Total	17.893	17.893	15.101	15.128

6 Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez estão sendo apresentadas por tipo de papel e vencimento como segue:

Posição Bancada	2018	2017
Até 90 dias		
Certificado de Depósito Interfinanceiro	49.458	65.132

As aplicações interfinanceiras de liquidez são compostas por aplicações financeiras com o Brasil Plural S.A. Banco Múltiplo, a uma taxa média de 100% do CDI, com vencimento em 03 de julho de 2018.

7 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Apresentamos a seguir a composição da carteira de títulos, por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento, ajustados aos respectivos valores de mercado. Os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira própria estão classificados na categoria de títulos para negociação.

	2018			
	Valor de custo	Valor de mercado	Sem vencimento/ até 360 dias	Com vencimento/ acima 360 dias
Títulos para negociação				
Títulos de Renda Variável	971	950	950	-
Ações de companhias abertas	459	438	438	-
Recebimentos por empréstimos	512	512	512	-
Vinculados a Prestação de Garantias (a)	17.893	17.893	17.893	-
Títulos de Renda Fixa				
Letras Financeiras do Tesouro	2.251	2.251	2.251	-
Fundo Invest. Liquidez da Camara BM&Fbovespa (FILC)	15.642	15.642	15.642	-
Total	18.864	18.843	18.843	-

	2017			
	Valor de custo	Valor de mercado	Sem vencimento/ até 360 dias	Com vencimento/ acima 360 dias
Títulos para negociação				
Títulos de Renda Fixa	1.391	1.391	1.391	-
Letras Financeiras do tesouro	1.391	1.391	1.391	-
Títulos de Renda Variável	1.299	1.296	1.296	-
Ações de companhias abertas	502	499	499	-
Recebimentos por empréstimos	797	797	797	-
Vinculados a Prestação de Garantias (a)	15.132	15.128	15.128	-
Títulos de Renda Fixa				
Letras Financeiras do Tesouro	15.132	15.128	15.128	-
Cotas de fundos	2	2	2	-
FII Polo CRI	2	2	2	-
Total	17.824	17.817	17.817	-

- (a) Em 2018 e 2017, os títulos de renda fixa encontram-se depositados em garantia de operações, de acordo com composição da Nota 5 e atendem aos preceitos da Circular Bacen 3.068, inclusive quanto a intenção de negociação, conforme prática descrita na Nota 3.f.

O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo divulgações nos boletins diários informados pela ANBIMA.

Os títulos privados são registrados pelo seu valor de custo, acrescido diariamente dos rendimentos incorridos e ajustado ao valor de mercado. As principais fontes de precificação são: ANBIMA, BM&F, CETIP e SELIC.

O resultado com títulos e valores mobiliários atribuídos as operações da Corretora em títulos públicos e renda variável no semestre findo em 30 de junho de 2018 foi lucro de R\$ 2.309 (lucro de R\$ 4.244 em 2017).

Os resultados alcançados com derivativos nos semestres foram:

	2018	2017
Futuros	(170)	(25)
Opções	(1)	(1)
Termo	2	-
Total	(169)	(26)

8 Negociação e intermediação de valores

Descrição	2018	2017
Ativo		
Devedores conta de liquidação pendentes	142.311	105.436
Caixa de registro e liquidação	-	61.075
	142.311	166.511
Passivo		
Credores conta de liquidação pendentes	109.866	171.098
Caixa de registro e liquidação	30.610	6.812
Credores por empréstimos de ações	514	797
Outras obrigações por negociação	1.210	1.274
	142.200	179.981

Referem-se a valores a liquidar com clientes e instituições do mercado pelas operações realizadas nos últimos pregões na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros, cuja liquidação ocorre em até três dias úteis.

9 Outros créditos - Diversos

Descrição	2018	2017
Sociedades ligadas (nota 18)	3.468	539
Impostos a compensar	3.237	520
Depósitos em garantia	164	363
Adiantamentos a fornecedores	6	582
Diversos	98	1.897
	6.973	3.901
Circulante	5.763	3.538
Realizável a longo prazo	1.210	363

10 Imobilizado

Durante o semestre findo em 30 de junho 2018, a Corretora apresentou as seguintes movimentações em seu imobilizado:

Descrição	Taxa	Saldo 31/12/2017	Movimentação			Saldo 30/06/2018
			Aquisições	Baixas	Depreciação	
Instalações, móveis e equipamentos		716	-	-	-	716
(-) Depreciação acumulada	10%	(22)	-	-	(37)	(59)
Equipamento de processamento de dados		711	325	-	-	1.036
(-) Depreciação acumulada	20%	<u>(28)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(79)</u>	<u>(107)</u>
Total		<u>1.377</u>	<u>325</u>	<u>-</u>	<u>(116)</u>	<u>1.586</u>

Em junho de 2017, a Empresa não possuía ativos imobilizados.

11 Intangível

Durante os semestres findos em 30 de junho 2018 e 2017, a Corretora apresentou as seguintes movimentações em seu intangível:

Descrição	Taxa	Saldo 31/12/2017	Movimentação			Saldo 30/06/2018
			Aquisições	Baixas	Amortização	
Software		3.134	-	(1.989)	-	1.145
Benfeitoria		3.345	3	-	-	3.348
(-) Amortização acumulada	20%	(2.726)	-	1.989	(449)	(1.186)
Ágio na aquisição de investimento		12.129	-	-	-	12.129
(-) Amortização acumulada		<u>(5.862)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(607)</u>	<u>(6.469)</u>
Total		<u>10.020</u>	<u>3</u>	<u>-</u>	<u>(1.056)</u>	<u>8.967</u>

Descrição	Taxa	Saldo 31/12/2016	Movimentação			Saldo 30/06/2017
			Aquisições	Baixas	Amortização	
Software		3.134	-	-	-	3.134
(Amortização acumulada)	20%	(2.195)	-	-	(168)	(2.363)
Ágio na aquisição de investimento		12.129	-	-	-	12.129
(Amortização acumulada)		<u>(4.650)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(606)</u>	<u>(5.256)</u>
Total		<u>8.418</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(774)</u>	<u>7.644</u>

Ágio

Como parte do processo de reestruturação societária e de acordo com o protocolo e justificção de 1º de março de 2013, a Brasil Plural Corretora de Câmbio Títulos e Valores Mobiliários incorporou reversamente a Holding Flow Ltda. tendo sido aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de mesma data. O ágio de R\$ 12.129, bem como outros ativos e passivos passaram a compor as demonstrações financeiras da Corretora por ocasião da incorporação. A amortização do ágio será efetuada por 10 anos.

O ágio tem por fundamento a perspectiva de rentabilidade futura da referida Corretora. A avaliação do ágio é revisada com o intuito de avaliar se as circunstâncias indicam que o valor contábil do ativo é recuperável ou não. Para os semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017, a administração não identificou evidências claras de desvalorização e entende que não há ajustes a serem feitos a título de provisão para impairment.

12 Diversas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Provisão de pagamentos a efetuar (*)	8.290	-
Valores a pagar sociedades ligadas	3.797	585
Provisão para despesas de pessoal	1.464	1.017
Credores diversos	893	402
	<u>14.444</u>	<u>2.004</u>
Curto prazo	14.444	2.004
Exigível a longo prazo	-	-

(*) Refere-se a um contrato de rebate com a Deutch no qual a Corretora intermedia os investidores que não residem no país possam aplicar recursos externos e negociar títulos e valores mobiliários nos mercados financeiro e de capitais brasileiros.

13 Imposto de renda e contribuição social

13.1 Demonstração da conciliação entre o imposto de renda e contribuição social à taxa efetiva e nominal.

	2018	2017
Resultado antes da Tributação e Participações	(359)	11.577
Participações dos empregados no resultado	(680)	(307)
Prejuízo/ Lucro antes dos Impostos	(1.039)	11.270
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social - Alíquota vigente	-	5.072
Corrente - Alíquota Vigente		
Ajustes Permanentes	16	34
Outros	16	34
Ajustes Temporários	(394)	(32)
Ajustes temporários sobre produtos	28	(32)
Contingências e Tributos suspensos	(422)	-
Lucro/Prejuízo Antes das Compensações	(1.417)	11.272
Compensação	-	3.381
Lucro/Prejuízo do Semestre	(1.417)	7.890
Incentivos Fiscais	-	47
PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador	-	47
Outros Incentivos	-	-
Despesa efetiva de Imposto de Renda e Contribuição Social	460	(5.027)
Corrente	-	(3.491)
Diferido	460	(1.536)

13.2 Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos.

A Corretora possui créditos tributários integralmente registrados, passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros nas condições estabelecidas pela legislação vigente.

MOVIMENTAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

	2018	Compensação	Reversão	Constituição	2017
Ativo fiscal constituído	6.784	-	219	679	6.324
Prejuízos fiscais	4.116	-	-	354	3.762
Base negativa de contribuição social	2.657	-	-	283	2.374
Ajuste Temporários	-	-	190	-	190
Diferenças temporárias - MTM	11	-	29	41	(1)

Com base nas projeções de rentabilidade devidamente aprovadas pelos órgãos da administração, a Corretora estima que os créditos tributários, oriundos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados como segue:

Exercício	Saldo prejuízo fiscal / base negativa	Ativo - IRPJ	Ativo - CSLL	Valor presente	Valor presente (selic)
2018	2.323	581	465	979	6,7%
2019	1.697	424	255	581	8,1%
2020	2.396	599	359	759	8,1%
2021	3.169	792	475	928	8,1%
2022	4.039	1.010	606	1.095	8,1%
2023	1.422	356	214	357	8,1%
Total	15.047	3.762	2.374	4.699	

14 Contingências

As contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da administração, levando em consideração o parecer de assessores jurídicos quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações.

Para as contingências classificadas como “prováveis”, são constituídas provisões reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica “Provisões para riscos fiscais” e Provisões para passivos contingentes”.

	Fiscais		Trabalhistas		Cíveis		Outros	
	Garantia	Provisão	Garantia	Provisão	Garantia	Provisão	Garantia	Provisão
Em 31 de Dezembro/2017	161	-	124	337	-	-	-	-
Constituições	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	(124)	(337)	-	-	-	-
Atualizações	3	-	-	-	-	-	-	-
Realizações / Pagamentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 30 de Junho/2018	164	-	-	-	-	-	-	-

Abaixo segue demonstrado os tipos de processos como probabilidade “possível” em que a Corretora figura no polo passível.

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Em 31 de Dezembro/2017	1.449	3.435	3.750
Em 30 de Junho/2018	1.403	10.925	-

15 Patrimônio líquido

15.1 Capital social

O capital social em 30 de junho de 2018 e 2017 é R\$ 58.725 está representado por 78.087.397 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal e totalmente subscritas e integralizadas, representado pelo controlador Brasil Plural S.A. - Banco Múltiplo.

15.2 Dividendos

Aos acionistas é assegurado pelo Estatuto Social um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor.

15.3 Reserva de lucros

A reserva legal é constituída ao final de cada semestre na forma prevista nos normativos do Bacen, pela parcela de 5% do lucro líquido do semestre, limitada a 20% do capital social.

O prejuízo apurado no semestre foi utilizado para reversão de reserva estatutária no valor de R\$578 (constituição de R\$5.931 no semestre de 2017).

16 Resultado operacional

a. Receita de prestação de serviços

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita de comissão e colocação de títulos	366	74
Receita com corretagem em operações na bolsa	21.150	19.413
Receita de serviços diferenciados	44	704
Receita de administração de fundos de investimento	-	647
Receita com outros serviços	3.418	2.276
	<u>24.978</u>	<u>23.114</u>

b. Despesas de pessoal

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Proventos	(4.131)	(2.661)
Encargos sociais	(1.540)	(1.055)
Benefícios e treinamento	(909)	(660)
Remuneração de estagiários	(52)	(28)
Honorários da diretoria	(934)	(759)
	<u>(7.566)</u>	<u>(5.163)</u>

c. Despesas administrativas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Processamento de dados	(3.237)	(3.637)
Despesas de serviços técnicos especializados (*)	(7.162)	(256)
Serviços do sistema financeiro	(2.058)	(2.971)
Comunicação	(447)	(615)
Aluguel	(1.064)	(14)
Despesas de viagens no país e exterior	(210)	(58)
Publicações e promoção relações públicas	(168)	(87)
Despesas de transportes	(15)	(6)
Despesas com manutenção e conservação	(327)	(18)
Outros	(508)	(554)
	<u>(15.196)</u>	<u>(8.216)</u>

(*) Serviços de intermediação para indicações de clientes em operações de títulos e valores mobiliários nos mercados financeiro e de capitais brasileiros, compra, venda, operações de aluguel, bem como outras modalidades de operações admitidas.

d. Despesas tributárias

	2018	2017
COFINS	(1.136)	(1.145)
PIS	(185)	(186)
Impostos Sobre Serviços (ISS)	(1.178)	(1.032)
Outras	(151)	(45)
	(2.650)	(2.408)

17 Outras despesas e receitas operacionais

a. Outras despesas operacionais

	2018	2017
Transfer pricing (Nota 16) (*)	(2.066)	(585)
Variação cambial	(162)	(154)
Custos compartilhados	(806)	(535)
Outras	(135)	(65)
	(3.169)	(1.339)

(*) Refere-se a comissão paga à BP Securities pela operação de clientes indicados por eles em Bolsa brasileira.

b. Outras receitas operacionais

	2018	2017
Reversão de provisão (*)	422	1.517
Recuperação de encargos e despesas	-	12
Transfer pricing (Nota 17) (**)	1.689	451
Outras	166	165
	2.277	2.145

(*) Refere-se a reversão de PLR.

(**) Refere-se a receita recebida da BP Securities pela participação da BP CCTVM na elaboração de informações a clientes americanos sobre ativos brasileiros.

18 Transações com partes relacionadas

As operações entre partes relacionadas, nos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017 estão apresentadas da seguinte forma:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativo		
Depósitos à vista	110	123
Depósitos interfinanceiros		
Brasil Plural S.A. Banco Múltiplo	49.458	65.132
Negociação e intermediação de valores		
Geração Futuro Corretora de Valores S/A	-	2.849
Créditos com ligadas		
Geração Futuro Corretora de Valores S/A	89	107
Brasil Plural Securities LLC	3.379	432
Passivo		
Negociação e intermediação de valores		
Brasil Plural S.A. Banco Múltiplo	(34.927)	(4.820)
Obrigações com ligadas		
Brasil Plural S.A. Banco Múltiplo	(5)	-
Brasil Plural Securities LLC	(3.792)	(585)
Resultado		
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	1.454	2.024
Receita de prestação de serviços		
Geração Futuro Corretora de Valores S/A	1.136	545
Outras receitas operacionais		
Brasil Plural Securities LLC	-	451
Outras despesas operacionais		
Brasil Plural Securities LLC	(2.066)	(585)
Brasil Plural Gestão de Recursos Ltda.	-	(535)
Brasil Plural S.A. Banco Múltiplo	(806)	-

O pessoal-chave da administração foi remunerado durante os semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017 da seguinte forma:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Proventos	934	641
Encargos sociais	210	144
Total	<u>1.144</u>	<u>785</u>

A remuneração total dos Diretores durante o semestre findo em 30 de junho de 2018 e 2017 é considerada benefício de curto prazo. De acordo com a Administração não existem outros benefícios de curto prazo.

19 Participações estatutárias

O resultado de participações dos empregados sobre o lucro para o semestre encerrado em 30 de junho de 2018 foi de R\$ 680 (R\$ 307 em 2017).

20 Gerenciamento de riscos

A gestão de risco está sujeita aos mesmos padrões do acionista controlador, Banco Plural S.A. - Banco Múltiplo. Desse modo, atua como instrumento para maximizar o valor para os acionistas e para as partes interessadas buscando estabelecer estratégias e objetivos para alcançar o equilíbrio entre as metas de crescimento e de retorno dos investimentos e os riscos a elas associados. A descrição detalhada de cada estrutura que compõe o gerenciamento de riscos está disponível em forma de políticas no site da instituição (<http://www.brasilplural.com/Site/pt-BR/Company/RiskManagement>).

As estratégias de gerenciamento de riscos e os respectivos efeitos nas demonstrações financeiras atendem plenamente ao disposto pela Resolução nº 4.557 do Conselho Monetário Nacional e podem ser resumidos, como segue:

a. Risco de mercado

A gestão de risco de mercado é responsável por identificar, avaliar, monitorar e mitigar as exposições decorrentes de posições detidas em ações, taxa de juros, câmbio e mercadorias (commodities).

O risco de mercado é monitorado através do cálculo diário do Value at Risk (VaR), uma ferramenta estatística que mensura a perda potencial da instituição com determinado nível de confiança para um certo horizonte de tempo. Também são utilizados, para análise e monitoramento, testes de estresse das carteiras com o objetivo de mensurar o risco em cenários adversos. A precisão da metodologia de risco de mercado é testada através de testes (back-testing) que comparam a aderência entre as estimativas de VaR e os ganhos e perdas realizados.

O VaR apresentado abaixo foi calculado para o período de um dia, nível de confiança de 95,0% e um ano de dado histórico. O nível de confiança de 95,0% significa que existe uma possibilidade de uma em vinte ocorrências de que as receitas líquidas de negociação serão abaixo do VaR estimado. Com isso, déficits nas receitas líquidas de negociação em um único dia de negociação maior do que o VaR apresentados são esperados de ocorrer, em média, cerca de uma vez por mês. Dada a sua dependência dos dados históricos, a precisão do VaR é limitada em sua capacidade de prever mudanças de mercado sem precedentes, como distribuições históricas nos fatores de risco de mercado não podem produzir estimativas precisas de risco de mercado futuro. Diferentes metodologias de VaR e estimativas de distribuição estatística podem produzir VaR substancialmente diferente. A tabela a seguir contém a média diária do VaR da carteira proprietária do Conglomerado Brasil Plural para os períodos findos em:

	2018	2017
Média diária do VaR (R\$ mil)	502	935

O acionista Controlador também monitora o riscos de mercado de sua carteira por meio das parcelas que compõem o RWA (*Risk Weighted Assets*) conforme determina a Resolução nº 4.193/2007 e Circular nº 3.365 do Banco Central do Brasil.

I. *Análise de Sensibilidade (Instrução CVM nº 475/2008)*

Alinhado às melhores práticas de mercado, o Brasil Plural gerencia seus riscos de forma dinâmica, buscando identificar, avaliar, monitorar e controlar as exposições aos riscos de mercado de suas posições próprias. Para isto, a Instituição considera os limites de riscos estabelecidos pela Administração e possíveis cenários para atuar de forma tempestiva na reversão de eventuais resultados adversos.

O Brasil Plural em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017 e com a circular nº 3.354/2007 do Bacen, segrega as suas operações, inclusive instrumentos financeiros derivativos da seguinte forma:

- i. Carteira de negociação (*Trading Book*): constituída por posições próprias realizadas com a intenção de negociação ou destinadas a hedge da carteira de negociação, para as quais haja a intenção de serem negociadas antes de seu prazo contratual, observadas as condições normais de mercado, e que não contenham cláusula de inegociabilidade.
- ii. Carteira de não negociação (*Banking Book*): contém as operações não classificadas na Carteira de Negociação, tendo como característica principal a intenção de manter tais operações até seu vencimento.

Para determinar a sensibilidade do capital aos impactos de movimentos de mercado na Carteira de Negociação (*Trading*), foram realizadas simulações considerando 3 cenários:

Cenário Provável A		Cenário Provável B	
PRÉ	200	PRÉ	(200)
IPCA	200	IPCA	(200)
Cambio	5%	Cambio	(5%)
Ações	(5%)	Ações	5%

Cenário Eventual B		Cenário Eventual B	
PRÉ	250	PRÉ	(250)
IPCA	250	IPCA	(250)
Cambio	6,25%	Cambio	(6,25%)
Ações	(6,25%)	Ações	6,25%

Cenário Eventual C		Cenário Eventual C	
PRÉ	300	PRÉ	(300)
IPCA	300	IPCA	(300)
Cambio	7,50%	Cambio	(7,50%)
Ações	(7,50%)	Ações	7,50%

No quadro abaixo, encontram-se sintetizados os resultados para a Carteira de Negociação (*Trading*), composta por títulos públicos, privados e instrumentos financeiros derivativos.

Fator de Risco	Variação	Cenário A	Cenário B	Cenário C
		Resultado	Resultado	Resultado
Pré	Aumento	(250)	(311)	(373)
Ações	Aumento	(53)	(67)	(80)
Câmbio	Redução	(197)	(247)	(296)
IPCA	Aumento	(98)	(121)	(144)

Para as operações classificadas na Carteira de Não Negociação, a valorização ou a desvalorização em decorrência de mudanças em taxa de juros, praticadas no mercado, não representa impacto financeiro e contábil significativo sobre o resultado do Banco. A carteira é composta por operações de créditos, captações e títulos e valores mobiliários.

b. Risco operacional

O gerenciamento de risco operacional abrange identificação e controle das possibilidades de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Como parte integrante da estrutura de controles internos, o framework de risco operacional é divulgado em política, e prevê os procedimentos para identificação, avaliação, mitigação, monitoramento e reportes relacionados aos riscos operacionais, bem como os papéis e responsabilidades dos órgãos que participam dessa estrutura. A metodologia utilizada pelo Brasil Plural está em linha com o *framework* definido nos documentos *Integrated Framework: Application Techniques*, publicado pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*; e no *Principles for the Sound Management of Operational Risk*, emitido pelo *Basel Committee on Banking Supervision*.

Outra questão relevante no contexto de risco operacional é o Plano de Continuidade de Negócios onde a estratégia do Brasil Plural é que a empresa se mantenha operacional, atendendo seus clientes e suas obrigações sem interrupção, ainda que as dimensões da Contingência sejam graves e esta operação seja feita em regime parcial, dado que serão alocados em novos locais um número de profissionais menor que os que realizam as tarefas cotidianas.

Os eventos de perdas são monitorados, identificados e armazenados em sistema proprietário conforme determinado pela Resolução 4.557/2017.

c. Risco de crédito

O risco de crédito é interpretado pela possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou pela contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nas condições acordadas, assim como à desvalorização de contrato de crédito derivado da deterioração na classificação de risco do tomador, à diminuição de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte. O gerenciamento de risco de crédito da Instituição possui um processo contínuo e progressivo de mapeamento, desenvolvimento, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, mantendo a integridade e a independência dos processos. A Instituição controla a exposição ao risco de

crédito, que decorre principalmente de operações de crédito e instrumentos financeiros derivativos. Ainda, há o risco de crédito em obrigações financeiras relacionadas a compromissos de crédito ou prestação de garantias financeiras. Com o objetivo de não comprometer a qualidade da carteira são observados todos os aspectos pertinentes ao processo de concessão de crédito, concentração, exigência de garantias, prazos, dentre outros.

O processo para definição de limites de crédito para contrapartes financeiras e não financeiras é disciplinado pela Política de Gerenciamento de Risco de Crédito e pelo Manual de Crédito que abordam de forma detalhada diversos aspectos do tomador do crédito e do grupo econômico a que pertence, incluindo a atividade da empresa (modelo de negócio, foco de mercado, posição de mercado, produtos, riscos de tecnologia, operacionais, obtenção e custo de matéria-prima, etc.), da sua capacidade financeira para repagar a obrigação financeira (análise horizontal e vertical dos últimos três exercícios, alavancagem financeira, estrutura de custos, consistência de geração de caixa das operações, liquidez), características da indústria em que opera (regulação, região de atuação, estrutura de custos, elasticidade de demanda e preços, mudanças estruturais, barreiras de entrada, etc.), bem como aspectos da governança (acordos de acionistas, experiência dos executivos e conselho de administração, órgãos de suporte ao conselho de administração, controles de riscos, estratégia da empresa, políticas financeira e de riscos, transparência).

O processo poderá, eventualmente, incluir a análise da estrutura de uma dívida específica da contraparte e seus fatores mitigadores de risco, com expectativa de perda relativa em caso de inadimplemento. A adequação do limite de crédito ao tipo de negócio da empresa e suas necessidades de financiamento serão analisadas. Recursos utilizados para elaboração do cadastro dos clientes incluem consulta à SERASA e SISBACEN tanto da empresa como de seus sócios. O processo converge para um rating interno e recomendação da área de Análise de Crédito, positiva (com ou sem restrições) ou negativa, para a proposta de limite encaminhada pela área comercial, recomendação esta que será avaliada pelo Comitê de Crédito para decisão final. Os limites de crédito são reavaliados pelo menos uma vez ao ano ou quando necessário por conta de mudanças no perfil de crédito da empresa ou da indústria na qual opera.

A política de provisionamento adotada pela Instituição está alinhada com as diretrizes do IFRS e do Acordo da Basileia. Com isso, as provisões para operações de crédito são constituídas a partir do momento em que houver sinais de deterioração da carteira, tendo em vista um horizonte de perda adequado às especificidades de cada tipo de operação. Consideram-se como impairment os créditos com atraso superior a 90 dias, créditos renegociados com atraso superior a 60 dias e operações corporate com classificação interna inferior a um certo nível. As baixas a prejuízo ocorrem após 360 dias dos créditos terem vencido ou após 540 dias, no caso de empréstimos com vencimento acima de 36 meses.

d. Risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez busca utilizar as melhores práticas de maneira a garantir o equilíbrio entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - evitando descasamentos entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento do conglomerado, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Utilizamos modelos de projeções e de estresse das variáveis que afetam o fluxo de caixa e o nível de reserva.

e. Gestão de Capital

Define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de:

- i. Monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;
- ii. Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita;
- iii. Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

O objetivo do gerenciamento de capital é antecipar a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado através de uma postura prospectiva.

21 Limites operacionais

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, conforme Resolução CMN nº 2.099/1994 e legislação complementar.

Os limites operacionais são administrados no nível do controlador Brasil Plural S. A. - Banco Múltiplo. A situação do Banco, em relação ao risco da exposição das operações financeiras, está assim representada:

Patrimônio de Referência	2018	2017
Índice de Basileia	10,77%	12,08%
Índice de Basileia Ampliado	10,68%	11,93%
Limite de imobilização	23.615	34.131
Valor da situação para o limite de imobilização	12.820	17.449
Índice de imobilização	27,14%	25,56%
Margem	10.795	16.682
Patrimônio de Referência (PR)	47.230	68.262
Patrimônio de Referência para comparação com o RWA	47.230	68.262

Patrimônio de Referência	2018	2017
Total da parcela RBAN	328	667
Total da parcela RWACPAD (Crédito)	168.498	236.163
Total da parcela RWAMPAD (Mercado)	12.127	76.966
Total da parcela RWACAM	3.669	102
Total da parcela RWAJUR [1]	2.305	62.628
Total da parcela RWAJUR [2]	52	6.746
Total da parcela RWAJUR [3]	4.558	3.300
Total da parcela RWAACS	1.543	4.189
Total da parcela RWAOPAD	257.867	251.808
RWA total (crédito+mercado+operacional)	438.492	564.937

As resoluções no. 4.192/13 e no. 4.278/13 do CMN dispõem sobre os critérios de apuração dos Requerimentos Mínimos de Patrimônio de Referência, de nível I e de Capital Principal e a Resolução 4.193/13 institui o Adicional de Capital Principal. Para os cálculos das parcelas de risco, foram observados os procedimentos das Circulares BACEN nos. 3.644/13, 3.652/13, 3.679/13, 3.696/14 e 3.809/16 para risco de crédito, das Circulares nos. 3.634, 3.635, 3.636, 3.637, 3.638, 3.639, 3.641 e 3.645, de 2013 e das Cartas-Circulares nos 3.498/11 e 3.499/11 para risco de mercado, e das Circulares no. 3.640/13 e 3.675/13 e da Carta-Circular no. 3.625/13 para risco operacional. O Controlador optou pela abordagem o indicador básico para mensuração do risco operacional.